



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

B-2 | ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2015

CRIMINAIS

JORNAL DA CIDADE

# "Reduzir maioridade penal é equívoco total"

## Daniel Cerqueira, do Ipea, acredita que medida resolve problema da violência, mas pode amplificá-la

Antônio Carlos Garcia  
DA EQUIPE JC

O pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea) e doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, considerou "um equívoco total" o debate que vem ocorrendo no Congresso Nacional sobre a redução da maioridade penal. Ele acredita que a redução da maioridade de 18 para 16 anos não resolve o problema da violência, mas pode amplificá-la. Daniel participou ontem do Seminário "O Ministério Público e o Combate à Criminalidade", junto com outras autoridades.

Segundo Daniel Cerqueira, dados do Conselho Nacional do Ministério Público (MP) mostram que em todos os delitos contra a vida nas 24 unidades federativas, os crimes praticados por menores representavam menos 10% do total. "Se a gente levar em consideração que está falando em denúncias do Ministério Público e que o jovem, por ser mais inexperiente, tem maior chance de ser denunciado, o que vai acontecer: a taxa de crimes perpetrados por menores contra a vida, certamente, é muito menor do que 10%".

Ele cita pesquisas existentes nos Estados Unidos de que quando se coloca um menor infrator junto com um preso de maior idade, a chance desse adolescente reincidir é 35%. "Se existe um período

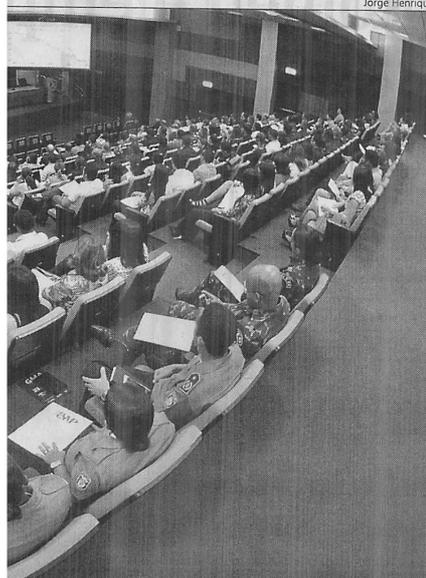


SEMINÁRIO 'O Ministério Público e o Combate à Criminalidade' com

da vida que é possível pensar em medidas ressocializadoras, esse período é justamente na juventude. Depois que ele já ascendeu na carreira do crime, é muito difícil recuperar esse cara. O momento é de investir no jovem. Pegar esse garoto e colocar ele num presídio é boquear, interditar qualquer

possibilidade dele sair da do crime", pontuou.

Durante a sua explanação no auditório do Ministério Público, que teve como moderadora a professora doutora Christine Jacquet, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Daniel Cerqueira mostrou que uma criança



Jorge Henrique

participação de profissionais da área jurídica e especializados no tema

que vive numa família desajustada pode migrar para o crime, o que convive com cenas de violência praticadas pelos pais. No entanto, lembra que em países desenvolvidos – e, obviamente, não é o caso do Brasil – existem programas para diversas faixas etárias, inclusive ainda na fase pré-natal, quan-

do é dada toda sustentação àquela família. "Aqui temos que trabalhar, temos que ter diagnóstico. Saber onde tem regiões conflagradas numa cidade, olhar as condições de vida dessa família. O Estado tem que entrar com um menu de ações para remediar esse problema lá na frente", esclareceu.

"Nos Estados Unidos se faz algo fantástico. Durante o pré-natal, se coloca enfermeira e assistente social para orientarem a família. Temos que sair do campo do achismo, das ações genéricas e irmos para diagnósticos, identificando quem são as famílias que moram em determinada região, identificar esses jovens e saber o que se pode fazer para resgatá-los das mãos do tráfico. Porque, adiante, se ele está numa família desestruturada, eventualmente é vítima de violência doméstica, esse jovem é presa fácil para grupos de narcotraficantes e gangs que cometem outros tipos de crime. Só se faz isso com programas focalizados, dando oportunidade às famílias e vendo como o Estado pode entrar ali", afirmou.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou no dia 31 de março o voto em separado do deputado Marcos Rogério (PDT-RO), favorável à admissibilidade da PEC 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. Foram 42 votos a favor e 17 contra. O resultado gerou protesto de manifestantes presentes na reunião.

O evento no MP constou, ainda, de outras duas palestras. "Por que cresce a violência no Brasil?", com o secretário de municipal Segurança Pública em Betim, Minas Gerais, Luís Flávio Sapori doutor em Sociologia e por fim "Gestão estratégica da política de segurança pública" com o delegado federal Alvaro Rogério Duboc Pajardo.